

## EDITORIAL

## Representação feminina

A representação feminina na Câmara Federal ainda deixa muito a desejar. Incentivo legal para a participação delas na política há. Na prática, entretanto, os recursos do fundo partidário raramente são distribuídos como determina a norma. Mais das vezes, o cacife da sigla decide o quinhão destinado a cada candidatura como bem entende, de modo arbitrário, prevalece a conveniência partidária. No fim das contas, manda quem pode e obedece quem tem juízo.

O resultado se vê na composição da Câmara dos Deputados. Apesar dos novos incentivos a candidaturas femininas nas eleições de 2022, a bancada feminina no Congresso cresceu menos do que em 2018. Em 2023, o número de mulheres na Câmara passará de 77 para 91 deputadas eleitas.

“  
Em 2023, o número de mulheres na Câmara passará de 77 para 91 deputadas eleitas

Sergipe contribuiu para o esforço de equalizar a disparidade de gênero em Brasília, elegendo duas deputadas federais - um feito inédito. Yandra de André e a Deputada Katarina são as primeiras mulheres eleitas para o cargo no estado.

É certo que a participação política não está restrita aos ambientes de disputa partidária. Também não é errado observar que a militância feminista está se fazendo cada vez mais presente nas ruas, pautando o debate de gênero a partir de uma óptica própria, que reverbera nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, em todas as esferas da vida pública e privada. Convém observar, contudo, que a luta é diária e conquistas não caem do céu. A reafirmação incansável de seus direitos é condição para que elas não voltem a ser caladas novamente.

## O orçamento secreto impede crescimento da economia

\* Rosalvo Ferreira Santos

A maior parte da população brasileira desconhece a importância do orçamento público sobre o cotidiano das pessoas. O distanciamento entre o conhecimento técnico a respeito das ações orçamentárias e o uso político do orçamento em todas as esferas (municipal, estadual e, sobretudo, no âmbito federal) tem sido responsável por desvios de finalidade e de uma disputa por parte de grupos políticos e econômicos que se beneficiam de parte considerável dos recursos advindos de tributos que são pagos por toda a população.

Além do desvio de finalidade e do direcionamento de recursos para áreas ou setores de acordo com a conveniência do grupo político de plantão que tenha maior força para se apropriar de parte significativa do orçamento federal, usando esse poder, inclusive, para o fortalecimento de suas bases eleitorais, criando desequilíbrio não apenas na disputa no âmbito político-partidário, mas sobretudo, gerando distorções da alocação de recursos, a que os economistas chamam de desequilíbrios.

A alocação de recursos públicos sob a prática da Emenda do Relator do Orçamento aprofunda as desigualdades regionais e intrarregionais. As desequilíbrios causados pelo "orçamento secreto" atingem também a qualidade do serviço público, na medida em que retira dinheiro das áreas de saúde, educação. Além de ser um instrumento de barganha política, o "orçamento secreto" é, do ponto de vista da narrativa da livre iniciativa de mercado defendida por esses políticos, um contrassenso.

Trata-se da forma mais evidente de interferência do poder político na alocação de recursos públicos, caindo por terra o discurso proferido por parlamentares e pelo atual governo federal que, de forma oportunista, recorre à liberdade econômica como mero instrumento de retórica, em oposição aos que defendem que os recursos orçamentários devem ser usados na promoção do investimento público, na promoção de políticas sociais e na dinamização da economia brasileira. Nesse caso, fica claro que o Estado é mínimo para o país e máximo para alguns poucos apadrinhados com acesso ao relator do orçamento e ao governo.

No Brasil, sem investimento público não há como se ter infraestrutura necessária para o escoamento da produ-

ção, construção de hidroelétricas para fornecimento de energia, apoio ao desenvolvimento tecnológico e da pesquisa no país por meio da criação e fortalecimento das universidades e institutos de pesquisa como a Embrapa, por exemplo. O corte de orçamento das universidades e dos órgãos de pesquisa deste ano mostra o caráter retrógrado da política econômica atual, evidenciando a captura do Estado Brasileiro por parte de grupos de interesse extremamente descompromissados com a solução dos graves problemas do país.

É urgente e preciso que a população tenha clareza do quanto é importante a alocação de recursos nas universidades e nos institutos de pesquisa para o país retornar sua capacidade de produção de vacinas, como forma de controle e tratamento de doenças, para não ficar dependendo de importações de vacinas como ocorreu no enfrentamento da Covid-19, situação que levou à morte de milhares de brasileiros, mortes que poderiam ter sido evitadas.

A permanência da política fiscal baseada na alocação de recursos públicos para atender a grupos específicos, além de fragmentar o investimento, eliminando ou reduzindo quase a zero o efeito multiplicador do investimento público, promove profunda distorção na qualidade do investimento, sendo inclusive, um campo aberto para fraudes na aquisição de bens superfaturados ou que são adquiridos, mas que não terão uso adequado na medida em que as licitações ocorrem de forma apressada, sem que haja urgência justificada. Para um país de milhões de desempregados e de milhões de pessoas que se encontram de volta na condição de pobreza, e com altos riscos de insegurança alimentar (passando fome), o orçamento público federal deve continuar sendo público e não privatizado para atender uns poucos que, vergonhosamente, se aproveitam da pobreza e dos "currais eleitorais" em benefícios deles mesmos.

A transparência na Economia é tão importante quanto na Política. Vamos aguardar o resultado das eleições neste domingo, na esperança de que os novos escolhidos tenham maior respeito com a população e defendam, de fato, o interesse público, e não os seus próprios ou de grupos que estejam representando.

\* Rosalvo Ferreira Santos, professor do Departamento de Economia e Vice-reitor da UFS

## Verônica Andrade



## Bens para quem recebe BPC

O BPC é um benefício de prestação continuada pago mensalmente para as pessoas de baixa renda ou em condições de miserabilidade social e que possuem mais de 65 anos ou são deficientes e que não possuem outra fonte de renda apta a manter a sua subsistência de forma digna, ou de ser mantido pela família.

Deste modo, o requisito único e comum para todos que recebem esse tipo de benefício, no valor de um salário mínimo mensal e sem 13º. Salário, é a existência de condição de hipossuficiência econômica.

A análise da situação econômica da família na qual encontra-se inserido o beneficiário do BPC leva em consideração os rendimentos mensais recebidos pelos integrantes do grupo familiar (pais, irmãos, cônjuge ou filhos que moram na mesma residência), de modo que é feita a contagem da renda per capita.

Assim, se a família possui uma pessoa idosa ou deficiente, mas a renda familiar por acima de meio salário mínimo por pessoa, ficará difícil o recebimento do benefício, podendo ser observadas outras condições particulares da família.

Logo, a família que possui bens imóveis ou móveis de alto valor, como carros, pode ficar difícil o recebimento do benefício assistencial, porque o mesmo é voltado a atender pessoas em situações de miserabilidade, logo, pessoas que não tem como sobreviver sem o recebimento da ajuda governamental.

No entanto, caso a família requerente ao benefício esteja em situação de dificuldade financeira, é possível a análise específica do caso para estudo da viabilidade do pedido.

Verônica Andrade- advogada especializada em direito Previdenciário e da seguridade social com mais de 15 anos de prática.

email: contato@veronicaandrade.adv.br  
Instagram @veronicaandradeadvocacia



Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS 1/2022

Objeto: AMPLIAÇÃO DO DEPÓSITO DE URNAS NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE. Cadastramento no SICAF: até o terceiro dia anterior à data da Sessão Pública. Recebimento dos envelopes (Credencial, Habilitação e Proposta) e demais procedimentos: Sessão Pública do dia 19/10/2022 às 9 horas, na Sala de Licitações do TRE-SE - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Variante 2, Lote 7, bairro Capucho, Aracaju - SE. A(o)s interessada(o)s poderão retirar o Edital e anexos no site do TRE-SE (www.tre-se.jus.br), ou ainda, mediante apresentação de mídia de armazenamento, de segunda a sexta-feira, das 8 às 13 horas, na Seção de Licitações do TRE-SE, localizada no endereço acima indicado. Informações: (79) 3209-8694/8717 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

NORIVAL NAVAS NETO  
Presidente da CPL

## Restaurante Carne Assada



Trevo Lagarto - Riachão

ORG. VALMIR



CONTATO

(79) 99885-8604

A melhor carne assada da cidade!